



Ferreira (189.752.167-72); Maria Ines Sonegheti (656.626.367-53); Maria da Conceição Goggi (451.070.257-49); Maria de Lourdes Salviato (190.195.217-72); Yara Regina Candelaria da Rocha (002.913.357-21).

4. Entidade : Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são apreciados atos de concessão de aposentadoria referentes a ex-servidores vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria de interesse de Aloísio Krohling (fls. 2/6), Anacleto Rodrigues da Silva (fls. 12/16), Dilzete Alves Vieira Dias (fls. 22/26), Edson de Souza Ribeiro (fls. 27/31), Floresta de Maria Soeiro Viza (fls. 32/36), Francisca dos Santos (fls. 37/41), Frederico Herdmann Seide (fls. 42/46), Gecília Soares Nunes (fls. 47/51), Gertrudes Santana Silva (fls. 52/56), Hilda de Oliveira Olimpio (fls. 57/61), Ivete Alves dos Santos Azevedo (fls. 62/66), Jose Coelho de Oliveira (fls. 67/71), José Carlos de Paula (72/76), Julio David Archanjo (fls. 77/81), Laurita Ferreira (fls. 82/86), Maria Ines Sonegheti (fls. 97/102), Maria da Conceição Goggi (fls. 87/91); Maria de Lourdes Salviato (fls. 92/96) e Yara Regina Candelaria da Rocha (fls. 103/107), ordenando-lhes os respectivos registros;

9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de interesse de Aprigio da Silva Freire (fls. 7/11) e a Celso Bichara Saade (fls. 17/21), negando-lhes os respectivos registros;

9.3. dispensar o ressarcimento pelos inativos de que trata o item precedente das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal do Espírito Santo que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique aos interessados que tiveram seus atos considerados ilegais a respeito deste acórdão, informando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, alertar a entidade de origem sobre a possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos itens precedentes, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 34/2009 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2009 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5566-34/09-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5567/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.926/2009-9 (c/ 1 volume).

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Otávio Escórcio Gomes Neto (439.920.993-34).

4. Unidade: Município de Murici dos Portelas/PI.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex/PI.

8. Advogado constituído nos autos: Anastácio Araújo Costa Sales Neto, OAB/PI 6.390.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor do Sr. Otávio Escórcio Gomes Neto, ex-prefeito do Município de Murici dos Portelas/PI, em razão da não-comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao município, no exercício de 2004, para o custeio do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Otávio Escórcio Gomes Neto;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Otávio Escórcio Gomes Neto, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas abaixo, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico (R\$)	Data de Ocorrência
9.285,36	3/5/2004
9.285,36	26/5/2004
9.285,36	29/6/2004
9.285,36	30/7/2004
9.285,36	15/9/2004
9.285,36	14/10/2004
9.285,36	12/11/2004
9.285,36	1º/12/2004
9.285,36	28/12/2004
9.285,36	30/12/2004

9.3. com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, aplicar ao Sr. Otávio Escórcio Gomes Neto multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992, remeter cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a acompanham, à Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata nº 34/2009 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2009 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5567-34/09-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5568/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.561/2002-6 (c/ 4 volumes e 2 anexos).

1.1. Apenso: 006.640/2002-2.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Interessado: Josias Júlio do Nascimento (023.705.491-49).

4. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno (Incrá/SR-28).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: Ubiratan Menezes, OAB/DF 26.442.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão nº 1.299/2009-1ª Câmara pelo Sr. Josias Júlio do Nascimento,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992 e 287 do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamenta, ao embargante.

10. Ata nº 34/2009 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2009 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5568-34/09-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5569/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-017.656/2006-3 (c/ 1 volume e 2 anexos).

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas - Exercício: 2005.

3. Responsáveis: Henrique Cerf Levy Neto (017.674.612-91); José Renato Frazão Crespo (182.334.142-04); Kid Mendes de Oliveira (005.574.202-53); Maria Luíza Gonçalves Dantas (000.710.642-49); Leland Barroso de Souza (070.469.282-15); Huguette Saunders Fernandes (335.509.992-91); Rosinele Saraiva Soares (475.786.702-63); Maria Luíza Trindade Miranda (111.123.445-00); Roberto Lelis de Oliveira (159.749.872-68); Hernan Batalha Gonçalves (562.265.192-15); Mariana Rocha de Souza Costa (276.345.582-49).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AM - JE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da tomada de contas do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativa ao exercício de 2005,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Henrique Cerf Levy Neto e Kid Mendes de Oliveira, dando-se-lhes quitação;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no item 3 supra, dando-se-lhes quitação plena;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral no Amazonas que, ao instaurar procedimento licitatório ou contratação direta, utilize o programa de trabalho adequado para custear as despesas a serem efetivadas, nos termos dos artigos 38 e 55, inciso V da Lei nº 8.666/1993 c/c o artigo 75, inciso III da Lei nº 4.320/1964;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 34/2009 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2009 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5569-34/09-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5570/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.957/2006-1 (c/ 1 volume e 2 anexos).

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Britacon - Britagem Construção e Comércio Ltda. (04.273.320/0001-76); Giovannu Cesar Pinheiro e Alves (502.768.244-15); Prefeitura Municipal de Tangará - RN (08.159.089/0001-45); Terramoto Construções Ltda (70.157.847/0001-60).